



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA LUIZA DE MELO ALVES

**ANÁLISE DOS EDITAIS FINEP 2026 DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA
INOVAÇÃO NO SETOR DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

João Pessoa

2026

MARIA LUIZA DE MELO ALVES

**ANÁLISE DOS EDITAIS FINEP 2026 DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA
INOVAÇÃO NO SETOR DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Elaine Cristina Batista de Oliveira

JOÃO PESSOA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

A474a

Alves, Maria Luiza de Melo.

Análise dos editais FINEP 2026 de subvenção econômica para inovação no setor de agricultura sustentável / Maria Luiza de Melo Alves. – 2026.

43f. : il.

TCC (Graduação – Curso Superior de Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2026.

Orientação: Prof^ª Dra. Elaine Cristina Batista de Oliveira.

1. Inovação. 2. Subvenção econômica. 3. Critérios de avaliação. 4. Sustentabilidade. 5. FINEP. I. Título.

CDU 005.342:502.131.1(043)



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA

COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS JOÃO PESSOA

AVALIAÇÃO 93/2026 - CCSBA/UA5/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 15 de junho de 2026.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA LUIZA DE MELO ALVES

Matrícula 20221460033

ANÁLISE DOS EDITAIS FINEP 2026 DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA INOVAÇÃO NO SETOR DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **08/junho/2026**, às **17:00** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 11 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Elaine Cristina Batista de Oliveira (IFPB)

Orientador(a)

Maria Conceição Cavalcanti (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Andréia Cavalcanti de Oliveira (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Elaine Cristina Batista de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 15/06/2026 19:52:02.
- Andreia Cavalcanti de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 15/06/2026 19:52:37.
- Maria da Conceicao Monteiro Cavalcanti, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 15/06/2026 21:42:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/06/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 891429

Verificador: 7f0adb1025

Código de Autenticação:



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que esteve comigo em todos os momentos e me deu força, sabedoria e coragem para superar cada dificuldade ao longo dessa caminhada. Sem a Sua presença em minha vida, nada disso seria possível.

Ao meu pai, meu maior incentivador, agradeço por sempre acreditar em mim e por me encorajar a seguir em frente, mesmo diante dos desafios. Tudo isso foi essencial para que eu chegasse até aqui.

À minha mãe, agradeço por ser meu maior exemplo de força e dedicação. Foi quem me ensinou a ser resiliente, a enfrentar os desafios de cabeça erguida e a nunca desistir dos meus objetivos.

Aos meus irmãos, simplesmente por existirem e tornarem minha vida mais feliz.

Gabriel, agradeço por estar ao meu lado em todos os momentos, sempre com carinho, paciência e apoio. Obrigada por acreditar em mim, por me acalmar nos momentos de ansiedade, por celebrar cada pequena conquista e por tornar essa caminhada muito mais leve e especial.

Arthur, minha sincera gratidão por todo o apoio e incentivo ao longo dessa trajetória. Obrigada por ter sido tão importante nesse processo e por não me deixar desistir nos momentos em que tudo parecia mais difícil.

Aos meus amigos da faculdade, agradeço por todos os momentos compartilhados, pelas trocas de conhecimento, pelas risadas e churrascos, pelo apoio e pelas amizades construídas ao longo do curso. Cada experiência vivida com vocês tornou essa jornada mais leve e inesquecível.

À minha orientadora, Professora Elaine, agradeço de coração por toda a paciência, atenção e carinho com que me conduziu durante este trabalho. Obrigada por me acolher, por compartilhar seus conhecimentos e por estar sempre disposta a ajudar e orientar com tanta dedicação.

Ao Instituto Federal da Paraíba, minha gratidão por me proporcionar, pela segunda vez, a realização de uma conquista tão importante em minha vida. Tenho muito orgulho de fazer parte de uma instituição que contribuiu de forma tão significativa para a minha formação acadêmica e pessoal.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje e para a realização deste sonho, e que hoje compartilham comigo a alegria desta conquista.

“Não vim até aqui pra desistir agora”
(Engenheiros do Hawaii)

RESUMO

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) desempenha papel estratégico como indutora do desenvolvimento tecnológico no Brasil, utilizando a subvenção econômica para estimular atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em setores prioritários, como a agricultura sustentável. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar os critérios de avaliação presentes nos editais da FINEP, com foco em sua estrutura, na forma como inovação e sustentabilidade são operacionalizadas e nas implicações desses critérios para o acesso ao financiamento público. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando a análise documental como procedimento metodológico. Foram analisados três editais vinculados ao programa Mais Inovação Brasil: Cadeias Agroindustriais Sustentáveis, Economia Circular e Cidades Sustentáveis e Desafios Tecnológicos para Agricultura Familiar. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, considerando critérios relacionados à inovação, sustentabilidade, risco tecnológico, elegibilidade e barreiras de acesso ao financiamento. Os resultados demonstraram que os editais apresentam estrutura padronizada, baseada em critérios técnicos, financeiros e estratégicos. Observou-se que a inovação ocupa posição central no processo de avaliação, especialmente por meio da utilização dos níveis de maturidade tecnológica (TRL 3 a 8) e da análise do risco tecnológico. A sustentabilidade também se mostrou relevante, embora sua avaliação ocorra predominantemente por critérios qualitativos, com limitada padronização de indicadores. Além disso, foram identificadas barreiras relacionadas às exigências financeiras, documentais e administrativas, que podem restringir a participação de empresas de menor porte e de regiões com ecossistemas de inovação menos consolidados. Os resultados preliminares também evidenciaram concentração regional das propostas nas regiões Sul e Sudeste. Conclui-se que os editais da FINEP desempenham papel relevante no fortalecimento da inovação nacional, mas ainda apresentam desafios relacionados à objetividade dos critérios de avaliação, à ampliação da inclusão de empresas emergentes e à redução das desigualdades regionais no acesso ao financiamento público à inovação.

Palavras-chave: Inovação. Subvenção econômica. Critérios de avaliação. Sustentabilidade. FINEP.

ABSTRACT

The Brazilian Agency for the Financing of Studies and Projects (FINEP) plays a strategic role in driving technological development in Brazil, using financial grants to stimulate research, development, and innovation activities in priority sectors, such as sustainable agriculture. In this context, this study aimed to analyze the evaluation criteria present in FINEP's calls for proposals, focusing on their structure, how innovation and sustainability are operationalized, and the implications of these criteria for access to public funding. The study is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive, using document analysis as a methodological procedure. Three calls for proposals linked to the Mais Inovação Brasil program were analyzed: Sustainable Agroindustrial Chains, Circular Economy and Sustainable Cities, and Technological Challenges for Family Farming. Data analysis was conducted using content analysis, considering criteria related to innovation, sustainability, technological risk, eligibility, and barriers to accessing funding. The results demonstrated that the calls for proposals have a standardized structure, based on technical, financial, and strategic criteria. It was observed that innovation occupies a central position in the evaluation process, especially through the use of technology readiness levels (TRL 3 to 8) and technological risk analysis. Sustainability also proved to be a key factor, although it is assessed primarily based on qualitative criteria, with limited standardization of indicators. In addition, barriers related to financial, documentary, and administrative requirements were identified, which may limit the participation of smaller companies and those from regions with less established innovation ecosystems. Preliminary results also showed a regional concentration of proposals in the South and Southeast regions. It is concluded that FINEP's calls for proposals play a significant role in strengthening national innovation, but still present challenges related to the objectivity of evaluation criteria, expanding the inclusion of emerging companies, and reducing regional inequalities in access to public funding for innovation.

Keywords: Innovation. Economic subsidy. Evaluation criteria. Sustainability. FINEP.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Comparativo dos critérios presentes nos editais analisados	25
TABELA 2: Distribuição Regional das Propostas nos Resultados Preliminares.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS:	Avaliação da Sustentabilidade
FINEP:	Financiadora de Estudos e Projetos
MEI:	Microempreendedor Individual
ODS:	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PD&I:	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
TRL:	Technology Readiness Level

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.2 Objetivos Específicos.....	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3.1 O Estado como indutor da inovação e os instrumentos de fomento no Brasil.....	15
3.2 A atuação da FINEP no financiamento à inovação.....	16
3.3 Inovação e risco tecnológico: conceitos fundamentais.....	17
3.4 Avaliação da inovação e desafios nos critérios de seleção.....	17
3.5 Sustentabilidade no contexto das políticas de inovação.....	18
3.6 Agricultura familiar e inovação como vetor de desenvolvimento.....	19
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
4.1 Caracterização da Pesquisa.....	20
4.2 Universo, Amostragem e Amostra.....	21
4.3 Instrumento de Coleta de Dados.....	21
4.3.1 Roteiro de observação.....	22
4.4 Perspectiva de Análise de Dados.....	22
5 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	24
5.1 Mapeamento e Estrutura dos Critérios de Seleção.....	24
5.2 A Operacionalização da Inovação e do Risco Tecnológico.....	26
5.3 Sustentabilidade como Critério de Avaliação.....	27
5.4 Barreiras de Acesso e Pontos Críticos.....	28
5.5 Análise da Distribuição Regional e da Persistência de Assimetrias com Base nos Resultados Preliminares.....	29
5.6 Discussão Integrada dos Resultados.....	31
5.7 Proposta de Aprimoramento dos Critérios de Avaliação.....	32
a) Definição de indicadores quantitativos de sustentabilidade.....	32
b) Padronização da avaliação do risco tecnológico.....	33
c) Flexibilização de requisitos financeiros.....	33
d) Simplificação documental.....	33
e) Transparência metodológica.....	33
6 ANÁLISE GERAL.....	34
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e a crescente competitividade entre organizações tornam a inovação um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social. Empresas que utilizam o conhecimento como base para a geração de inovação tendem a se destacar no mercado. No Brasil, esse processo ainda enfrenta limitações relacionadas ao acesso a recursos, à articulação entre instituições e à efetividade das políticas públicas voltadas ao incentivo da inovação.

O financiamento público assume papel relevante ao possibilitar que empresas e instituições desenvolvam projetos inovadores. Entre os principais agentes responsáveis por esse apoio, destaca-se a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), cuja atuação está voltada ao estímulo da ciência, tecnologia e inovação por meio de diferentes instrumentos de incentivo.

Dentre esses instrumentos, os editais públicos configuram-se como mecanismos fundamentais para a distribuição de recursos, uma vez que estabelecem regras, exigências e critérios que orientam a seleção das propostas submetidas pelos proponentes. No entanto, a forma como esses critérios são definidos pode influenciar não apenas a escolha dos projetos contemplados, mas também o perfil das empresas que conseguem acessar tais oportunidades ofertadas.

Dessa forma, compreender a estrutura dos critérios de avaliação torna-se relevante para identificar possíveis padrões, diferenças e implicações no processo de seleção. Assim, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira os critérios de avaliação presentes nos editais da FINEP avaliam inovação e sustentabilidade, e quais são os possíveis impactos dessas características no acesso ao financiamento por parte das empresas?

A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de ampliar a compreensão sobre os mecanismos de seleção utilizados em programas de incentivo à inovação. Ao analisar comparativamente os critérios adotados, torna-se possível evidenciar aspectos que podem facilitar ou dificultar a participação de empresas, especialmente aquelas de menor porte, contribuindo para reflexões acerca da efetividade e da acessibilidade dessas políticas públicas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar os critérios de avaliação presentes nos editais da FINEP, com foco em sua estrutura, na forma como a inovação e a sustentabilidade são avaliadas e nas implicações para o acesso ao financiamento.

2.2 Objetivos Específicos

- Levantar os critérios de avaliação e seleção definidos em cada edital
- Identificar os principais pontos críticos para os editais analisados
- Examinar como a inovação é abordada nos critérios estabelecidos
- Analisar possíveis barreiras de acesso para empresas
- Propor novas formas de medir inovação e sustentabilidade para a subvenção econômica

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, com o objetivo de fornecer o suporte conceitual necessário para a análise dos critérios utilizados pela Financiadora de Estudos e Projetos na seleção de projetos de inovação voltados à agricultura familiar sustentável. Serão abordados os seguintes temas: o papel do Estado como indutor da inovação e os instrumentos de fomento no Brasil; a atuação da FINEP no financiamento à inovação; os conceitos de inovação e risco tecnológico; os desafios relacionados à avaliação da inovação e aos critérios de seleção; a sustentabilidade no contexto das políticas de inovação; e a agricultura familiar como vetor de desenvolvimento econômico e social.

3.1 O Estado como indutor da inovação e os instrumentos de fomento no Brasil

A atuação do Estado no fomento à inovação tem se consolidado como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e tecnológico, especialmente em países em desenvolvimento. No Brasil, esse impulso ocorre por meio de políticas públicas e instrumentos de incentivo que visam reduzir os riscos associados à inovação e estimular a competitividade das empresas.

Desse modo, parte-se da premissa de que o Estado deve atuar como indutor do desenvolvimento, compartilhando com o setor privado os riscos inerentes ao progresso tecnológico, pois as políticas públicas vêm se tornando cada vez mais centrais para a promoção da inovação, especialmente quando o setor privado tende a subinvestir em atividades de alto risco, tornando a atuação do Estado indispensável para estimular a criação de novos produtos, processos e tecnologias. (Ferreira et al, 2025). Essa atuação se torna particularmente relevante em projetos que envolvem elevado grau de incerteza, nos quais o retorno econômico não é garantido, mas cujo potencial de impacto justifica o investimento público.

Os editais de fomento se configuram como mecanismos centrais nesse processo, uma vez que possibilitam a concessão de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos inovadores. A importância desses instrumentos reside, inclusive, em sua capacidade de alinhar os interesses privados aos objetivos de desenvolvimento nacional, direcionando recursos para áreas estratégicas com

potencial de geração de benefícios sociais e econômicos significativos (Aguiar et al., 2025).

Dentre esses instrumentos, o qual se destaca é a subvenção econômica, que consiste em um tipo de financiamento não reembolsável destinado a empresas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) (Tupi, Koeller e Levy, 2026). Diferente de linhas de crédito tradicionais, a subvenção é voltada a projetos que apresentam risco tecnológico, permitindo ao Estado assumir parte das incertezas envolvidas no processo inovador. Esse mecanismo encontra suporte na legislação brasileira, especialmente na Lei nº 10.973/2004 e no Decreto nº 9.283/2018, que regulamentam a relação entre setor público e privado no âmbito da inovação.

3.2 A atuação da FINEP no financiamento à inovação

No contexto brasileiro, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) desempenha papel central no financiamento à inovação, atuando como uma das principais instituições públicas de apoio a projetos de PD&I no setor produtivo. Vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a instituição opera por meio de diferentes instrumentos, com destaque para a subvenção econômica (Bahia, Gonçalves e Júnior, 2022).

Esse mecanismo busca reduzir os riscos inerentes às atividades inovadoras, especialmente aquelas que envolvem maior incerteza tecnológica, estimulando a participação do setor empresarial em iniciativas estratégicas para o país. Além disso, a atuação da FINEP está alinhada a diretrizes nacionais de desenvolvimento, organizadas em programas estratégicos que buscam fortalecer a base produtiva, incentivar a transformação tecnológica e reduzir a dependência externa de tecnologias críticas.

Sob essa ótica, a FINEP atua como importante agente de financiamento às empresas inovadoras e às instituições científicas e tecnológicas, direcionando recursos para projetos considerados estratégicos ao desenvolvimento nacional (Peres; Ribeiro; Pinheiro, 2023). Dessa forma, os editais lançados pela instituição não apenas viabilizam o financiamento de projetos, mas também funcionam como instrumentos de política pública, ao direcionar investimentos para áreas prioritárias, como sustentabilidade, segurança alimentar e inovação no setor produtivo.

3.3 Inovação e risco tecnológico: conceitos fundamentais

A inovação pode ser compreendida como a introdução de novos produtos, processos ou serviços, ou ainda como o aprimoramento significativo de soluções já existentes, resultando em ganhos de qualidade, eficiência ou desempenho (Lu, Matui e Gracioso, 2019). Trata-se de um conceito central nas políticas públicas de fomento, sendo frequentemente utilizado como principal critério para a seleção de projetos.

Associado à inovação, o conceito de risco tecnológico é evidenciado, o qual se refere à incerteza quanto à viabilidade técnica de determinado projeto. Esse elemento é fundamental para justificar a intervenção estatal, visto que, em estudo sobre o financiamento público à inovação, o risco tecnológico é entendido como a incerteza quanto à viabilidade técnica de um projeto, sendo um dos principais motivos que justificam a atuação do Estado na provisão de financiamento, uma vez que o setor privado tende a evitar investimentos em iniciativas de elevado risco quando os retornos não são garantidos (Júnior; Prince, 2014).

Com o objetivo de tornar a avaliação dos projetos mais estruturada, instrumentos como os níveis de maturidade tecnológica, ou Technology Readiness Level (TRL), têm sido amplamente utilizados para classificar o estágio de desenvolvimento das tecnologias. Entretanto, mesmo com a utilização dessas métricas, a avaliação da inovação ainda apresenta desafios relacionados à mensuração do grau de novidade e do potencial de impacto das propostas, em razão da natureza dinâmica e complexa da inovação (Dias et al., 2020).

3.4 Avaliação da inovação e desafios nos critérios de seleção

Apesar de sua relevância nas políticas públicas de fomento, a avaliação da inovação é reconhecida na literatura como um processo complexo, em razão da natureza dinâmica e multifacetada do próprio conceito de inovação. Diferentemente de variáveis estritamente quantitativas, aspectos como grau de novidade, impacto tecnológico e potencial de mercado envolvem dimensões qualitativas que nem sempre podem ser mensuradas de forma objetiva e padronizada. Segundo Dias, Barroso e Amaral (2024), essa característica torna desafiadora a definição de

critérios de avaliação capazes de captar, de maneira consistente, as diferentes contribuições potenciais das propostas inovadoras.

De modo geral, os editais de fomento utilizam critérios como nível de inovação, risco tecnológico, qualificação da equipe, impacto esperado e alinhamento com prioridades estratégicas. No entanto, muitos desses elementos possuem natureza qualitativa, o que pode gerar variações na interpretação e na pontuação atribuída às propostas. Dias et al. (2020) corroboram essa perspectiva ao apontarem que a falta de um entendimento uniforme sobre o tipo, o grau e o risco das inovações submetidas torna imperativo o estabelecimento de enquadramentos e classificações mais padronizados.

Nesse sentido, a literatura ressalta a importância de processos de seleção estruturados com base em critérios claros, consistentes e compatíveis com a natureza dos projetos avaliados. A utilização de indicadores e métricas objetivas é apontada como um elemento relevante para conferir maior padronização e comparabilidade às avaliações, contribuindo para reduzir a subjetividade inerente à análise de propostas inovadoras.

3.5 Sustentabilidade no contexto das políticas de inovação

A sustentabilidade refere-se à capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada, considerando a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das gerações futuras. Esse conceito envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas e tem sido progressivamente incorporado às políticas públicas de inovação. De acordo com Barbieri, Vasconcelos e Andreassi (2010), a gestão voltada para a sustentabilidade exige que a organização busque, de forma simultânea, a eficiência econômica, o respeito aos limites do meio ambiente e a promoção da justiça social, assegurando a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Essa visão fundamenta o conceito de inovação sustentável, que é compreendida como a introdução de soluções que geram benefícios reais nas três dimensões citadas, indo além da simples redução de impactos negativos em comparação com as tecnologias convencionais.

No entanto, assim como ocorre com a inovação, a avaliação da sustentabilidade em projetos apresenta desafios relevantes. Embora frequentemente mencionada como diretriz estratégica, sua operacionalização em critérios objetivos

nem sempre é claramente definida. Segundo Vaz e Uriona (2020), a complexidade dessa avaliação reside no fato de que os impactos sociais e ambientais envolvem um número maior de variáveis e incertezas do que os indicadores econômicos tradicionais. Em muitos casos, a análise limita-se a descrições gerais ou à consideração de impactos indiretos, o que dificulta a comparação entre propostas, visto que a aplicação prática desses critérios ainda depende do desenvolvimento e da consolidação de novos modelos de gestão e instrumentos técnicos dentro do sistema nacional de inovação.

Além disso, abordagens contemporâneas, como economia circular e bioeconomia, reforçam a necessidade de integrar inovação e sustentabilidade, ampliando o foco das políticas públicas para além do desempenho econômico, incorporando também impactos sociais e ambientais.

3.6 Agricultura familiar e inovação como vetor de desenvolvimento

A agricultura familiar desempenha papel relevante no desenvolvimento econômico e social brasileiro, sendo responsável por parcela significativa da produção de alimentos e pela geração de emprego e renda no meio rural (Lima; Silva; Iwata, 2019). Além de sua importância produtiva, esse segmento contribui para a segurança alimentar, a redução das desigualdades sociais e a preservação de práticas sustentáveis.

Além dos aspectos produtivos, a agricultura familiar também possui relevância estratégica no contexto das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e à promoção de práticas sustentáveis. Sua atuação está frequentemente associada à diversificação produtiva, ao fortalecimento das economias locais e à preservação de conhecimentos e práticas tradicionais no meio rural. Nesse contexto, o incentivo à inovação na agricultura familiar torna-se estratégico, uma vez que possibilita o aumento da produtividade, a melhoria das condições de produção e a ampliação da competitividade dos produtores. Contudo, a inserção desse segmento em políticas de fomento à inovação ainda enfrenta desafios, como limitações de acesso a recursos, exigências técnicas e dificuldades relacionadas à adequação aos critérios estabelecidos em instrumentos de financiamento (França, 2020).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia corresponde ao conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para a construção do conhecimento científico, orientando o desenvolvimento da pesquisa e a análise dos dados. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como os editais de subvenção econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) estruturam os critérios de avaliação relacionados à inovação e à sustentabilidade no processo de seleção de projetos.

4.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando como procedimento técnico a análise documental. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a interpretação dos critérios e diretrizes presentes nos editais de fomento à inovação, considerando aspectos relacionados à inovação, sustentabilidade e risco tecnológico. Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa qualitativa considera a relação dinâmica entre o mundo real e a subjetividade dos sujeitos, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos analisados.

O estudo possui caráter exploratório por buscar maior compreensão acerca da estrutura dos editais de subvenção econômica e dos critérios utilizados no processo de seleção de projetos. De acordo com Gil (2008), pesquisas exploratórias têm como finalidade ampliar a compreensão sobre determinado fenômeno, proporcionando maior familiaridade com o objeto de estudo. Além disso, a pesquisa apresenta caráter descritivo, uma vez que busca identificar e analisar os elementos presentes nos documentos selecionados. Nesse contexto, a pesquisa descritiva possibilita detalhar fenômenos e identificar padrões e características sem a necessidade de quantificação dos dados (Gil, 2008).

O procedimento metodológico adotado consiste na análise documental de editais públicos disponibilizados pela FINEP, considerando informações relacionadas aos critérios de mérito, exigências de elegibilidade, diretrizes de financiamento e aspectos vinculados à inovação e à sustentabilidade. Nesse sentido, a análise documental utiliza métodos e técnicas voltados à compreensão e interpretação de diferentes tipos de documentos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

4.2 Universo, Amostragem e Amostra

O universo da pesquisa é composto pelos editais públicos de subvenção econômica lançados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no âmbito do programa “Mais Inovação Brasil”. A amostragem caracteriza-se como não probabilística e intencional, uma vez que os documentos foram selecionados de acordo com sua relevância para os objetivos da pesquisa. A amostra é composta por três editais públicos: “Cadeias Agroindustriais Sustentáveis”, “Economia Circular e Cidades Sustentáveis” e “Desafios Tecnológicos para Agricultura Familiar”, disponibilizados no portal oficial da FINEP. A seleção desses documentos ocorreu em razão de sua relação com temas estratégicos vinculados à inovação, sustentabilidade e desenvolvimento produtivo, aspectos centrais para a análise proposta neste estudo.

4.3 Instrumento de Coleta de Dados

O principal instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa será o roteiro de observação, elaborado com o objetivo de sistematizar a análise documental dos editais selecionados. O roteiro orientará a identificação dos principais elementos presentes nos documentos, permitindo maior organização e consistência na coleta das informações. Nesse contexto, o pesquisador deve registrar as informações obtidas e os aspectos observados durante o processo de análise, de modo a possibilitar a adequada interpretação dos dados coletados (Del-Masso; Santos; Cotta, 2014).

Serão observados aspectos relacionados aos critérios de elegibilidade, critérios de mérito, exigências financeiras, indicadores de inovação, sustentabilidade e risco tecnológico. Além disso, serão analisados elementos referentes às diretrizes estabelecidas para participação e seleção das propostas. A coleta dos dados será realizada a partir da leitura analítica dos editais e do mapeamento das informações consideradas relevantes para os objetivos da pesquisa.

Adicionalmente, para complementar as informações utilizadas na análise, foi realizada uma busca ativa em registros públicos de transparência. Esse procedimento tornou-se necessário em razão da ausência de informações sobre a origem geográfica de algumas empresas nos resultados preliminares divulgados

pela FINEP, como observado no edital Desafios Tecnológicos para a Agricultura Familiar. A consulta permitiu identificar a localização das empresas habilitadas, possibilitando a análise da distribuição regional dos recursos de subvenção econômica e das possíveis assimetrias territoriais no acesso ao financiamento.

Como ferramenta de apoio à coleta e organização das informações, será utilizado o ChatGPT, desenvolvido pela OpenIA. A ferramenta auxiliará na sistematização dos dados extraídos dos editais, na identificação de padrões recorrentes e na elaboração de sínteses comparativas, contribuindo para maior agilidade e consistência no tratamento das informações.

4.3.1 Roteiro de observação

O roteiro de observação tem como finalidade orientar a análise dos editais selecionados, permitindo identificar, de forma sistemática, os principais critérios, requisitos e diretrizes presentes nos documentos. Esse instrumento possibilita padronizar a coleta das informações e assegurar maior objetividade na análise documental.

Entre os aspectos observados, destacam-se:

- critérios de elegibilidade das empresas e propostas;
- critérios de mérito relacionados à inovação e sustentabilidade;
- exigências de contrapartida financeira;
- indicadores de risco tecnológico e maturidade tecnológica (TRL);
- critérios de impacto social, ambiental e econômico;
- estrutura do processo de avaliação e seleção das propostas.

Além disso, o roteiro busca auxiliar na identificação de padrões e características recorrentes nos editais analisados, contribuindo para a compreensão da estrutura dos instrumentos de fomento à inovação utilizados pela FINEP.

4.4 Perspectiva de Análise de Dados

A análise dos dados será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, que permite examinar informações de forma sistemática, objetiva e interpretativa. Conforme apresentado por Francisco et al. (2021), com base em Laurence Bardin, essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos voltados

à descrição e interpretação de conteúdos presentes em documentos e textos, possibilitando a identificação de padrões, critérios recorrentes e relações entre os elementos analisados.

O processo analítico será dividido em três etapas principais:

- **Leitura exploratória:** realização de uma leitura inicial dos editais selecionados para compreensão geral do conteúdo e identificação dos principais elementos relacionados à pesquisa;
- **Codificação e organização das categorias analíticas:** definição e agrupamento dos aspectos a serem observados, com foco em critérios como grau de inovação, sustentabilidade, risco tecnológico, elegibilidade e impacto socioeconômico;
- **Interpretação dos dados:** análise dos critérios identificados, buscando compreender como os editais estruturam o processo de seleção de projetos de inovação.

Os dados coletados serão organizados em tabelas, permitindo visualizar de forma estruturada os critérios adotados nos editais analisados e facilitando a identificação de padrões e diferenças entre os documentos.

Por fim, os resultados serão discutidos à luz do referencial teórico apresentado, estabelecendo relações entre os critérios observados nos editais e os conceitos relacionados às políticas públicas de fomento à inovação, com o objetivo de compreender os padrões de seleção e identificar possíveis contribuições para o aprimoramento dos instrumentos de apoio à inovação no Brasil.

5 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos três editais da FINEP selecionados para a pesquisa: Cadeias Agroindustriais Sustentáveis, Economia Circular e Agricultura Familiar. A análise busca identificar como os critérios de avaliação e seleção estão estruturados e de que forma os conceitos de inovação, risco tecnológico e sustentabilidade são operacionalizados nos instrumentos de subvenção econômica.

A discussão é realizada à luz do referencial teórico, com o objetivo de compreender como esses critérios influenciam o acesso das empresas ao financiamento público e quais limitações podem estar associadas ao modelo de avaliação adotado. Além disso, são discutidos os principais pontos críticos observados nos editais e apresentadas propostas de aprimoramento para o processo de seleção.

5.1 Mapeamento e Estrutura dos Critérios de Seleção

A análise dos editais selecionados evidencia que a FINEP adota um modelo de seleção estruturado, no qual os critérios de elegibilidade e de mérito são organizados de forma a conciliar rigor técnico, segurança na aplicação dos recursos públicos e aderência aos objetivos estratégicos da política de inovação. Essa estrutura confirma o papel do Estado como indutor do desenvolvimento tecnológico, atuando na mitigação de falhas de mercado e compartilhando os riscos inerentes à atividade inovadora que o setor privado, isoladamente, tenderia a evitar (Júnior; Prince, 2014). Essa atuação é primordial para incentivar as empresas a inovarem em áreas de maior risco embarcado, conforme destacado por Peres, Ribeiro e Pinheiro (2023).

Sob essa perspectiva, a seleção de projetos não se limita à verificação formal de documentos, mas constitui um mecanismo de política pública por meio do qual o Estado define prioridades, estabelece incentivos e orienta o comportamento das empresas interessadas em acessar o financiamento público. Ao estabelecer critérios relacionados ao grau de inovação, risco tecnológico, sustentabilidade e impacto socioeconômico, a FINEP sinaliza quais características são consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

A estrutura dos editais evidencia, portanto, que o financiamento público à inovação é condicionado não apenas à qualidade técnica das propostas, mas também ao alinhamento com diretrizes mais amplas de política industrial, tecnológica e socioambiental.

A análise dos editais evidencia que o processo de seleção da FINEP apresenta estrutura padronizada, composta por duas etapas principais: Habilitação e Análise de Mérito. A etapa de habilitação possui caráter eliminatório e tem como finalidade verificar se a empresa e a proposta atendem aos requisitos jurídicos, fiscais, financeiros e documentais estabelecidos no edital. A etapa de análise de mérito possui caráter classificatório e objetiva avaliar a qualidade técnica da proposta e seu alinhamento com os objetivos estratégicos da política pública. A Tabela 1 sintetiza os principais critérios identificados nos editais analisados.

Tabela 1 – Comparativo dos critérios presentes nos editais analisados

Categoria	Cadeias Agroindustriais Sustentáveis	Economia Circular	Agricultura Familiar
Público-alvo	Empresas de todos os portes	Empresas de todos os portes	Empresas de todos os portes
Exclusões legais	MEIs e empresários individuais	MEIs e empresários individuais	MEIs e empresários individuais
Filtros financeiros	Patrimônio líquido positivo e resultado operacional	Patrimônio líquido positivo e endividamento oneroso	Patrimônio líquido positivo e endividamento inferior a 30% do ativo
Métricas de inovação	TRL 3 a 8 e abrangência nacional ou mundial	TRL 3 a 8 e ineditismo no mercado	Soluções de baixo custo e TRL até 8
Critério de risco	Grau de incerteza tecnológica (peso 1)	Grau de incerteza tecnológica (peso 1)	Risco tecnológico (peso 2)
Sustentabilidade	Impactos socioambientais esperados	Parcerias com cooperativas e economia circular	Transferência tecnológica e benefícios ao setor

Fonte: Elaborado pela autora com base nos editais da FINEP (2025; 2026).

A comparação demonstra que, embora os editais apresentem objetivos específicos distintos, a lógica de avaliação permanece relativamente homogênea. Essa padronização sugere que a FINEP adota um modelo consolidado de seleção, no qual critérios financeiros, técnicos e estratégicos são combinados para identificar propostas com maior potencial de contribuição ao desenvolvimento tecnológico e econômico.

Ao mesmo tempo, a existência de adaptações pontuais evidencia que os editais incorporam particularidades relacionadas ao setor ou à finalidade da chamada pública. No edital de Economia Circular, por exemplo, observou-se maior ênfase em parcerias com cooperativas e grupos socialmente relevantes. Já no edital voltado à Agricultura Familiar, destacam-se requisitos associados à transferência de tecnologia e à adoção de soluções de menor custo e maior aplicabilidade prática.

5.2 A Operacionalização da Inovação e do Risco Tecnológico

A inovação constitui um dos principais critérios de avaliação presentes nos editais analisados. Em consonância com Lu, Matui e Gracioso (2019), a FINEP busca identificar propostas capazes de gerar novos produtos, processos ou serviços, ou promover melhorias significativas em soluções já existentes.

Nos editais analisados, a inovação é operacionalizada principalmente por meio de dois elementos: o grau de novidade da solução proposta e o nível de maturidade tecnológica. A utilização do TRL representa um importante avanço metodológico, pois fornece uma linguagem comum para posicionar a tecnologia em seu estágio de desenvolvimento, tornando a avaliação mais objetiva e facilitando a comparação entre propostas em diferentes níveis de maturidade. Ao exigir tecnologias situadas em faixas específicas de TRL, a FINEP demonstra preferência por projetos que já apresentem evidências mínimas de viabilidade técnica, reduzindo o risco de investimento em propostas excessivamente preliminares.

Observou-se predominância de projetos situados entre os níveis TRL 3 e TRL 8, o que indica foco em tecnologias que já superaram as etapas iniciais de pesquisa e apresentam potencial concreto de aplicação. Essa exigência demonstra a preocupação da FINEP em apoiar projetos que combinem inovação com viabilidade técnica.

Além do TRL, os editais consideram o risco tecnológico como critério de avaliação. Esse aspecto está relacionado à incerteza quanto à viabilidade técnica da solução e à possibilidade de surgirem desafios relevantes durante a execução do projeto.

Um dos resultados mais relevantes da análise é a constatação de que o risco tecnológico não é tratado como um fator negativo. Ao contrário, propostas com maior grau de incerteza podem receber pontuação mais elevada, desde que apresentem consistência técnica e potencial de impacto. Esse resultado corrobora o entendimento de Júnior e Prince (2014), segundo o qual a atuação do Estado se justifica justamente pela necessidade de compartilhar riscos que o setor privado tende a evitar.

No edital de Agricultura Familiar, o risco tecnológico recebe peso 2, enquanto nos demais editais esse critério possui peso 1. Essa diferença sugere que, nesse programa, a FINEP atribui maior relevância à capacidade de desenvolver soluções tecnológicas capazes de promover mudanças mais significativas no setor. Tal constatação é particularmente importante, pois evidencia que a política pública não se limita a apoiar melhorias incrementais, mas busca estimular iniciativas com potencial de transformação tecnológica e impacto socioeconômico mais amplo.

5.3 Sustentabilidade como Critério de Avaliação

A sustentabilidade assume papel crescente nos editais analisados, evidenciando que as políticas públicas de inovação vêm incorporando de forma mais explícita preocupações relacionadas aos impactos ambientais e sociais das tecnologias apoiadas. Sua presença como critério de avaliação demonstra que o financiamento público passa a valorizar iniciativas capazes de gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais de forma simultânea, em consonância com a concepção de Barbieri, Vasconcelos e Andreassi (2010), que associa o desenvolvimento sustentável à eficiência econômica, à justiça social e ao respeito aos limites do meio ambiente. Ao pontuar, por exemplo, parcerias com cooperativas, a FINEP operacionaliza esse conceito na prática e reforça o entendimento de que inovação e sustentabilidade constituem dimensões complementares no processo de seleção de projetos.

A sustentabilidade aparece como elemento transversal nos três editais, embora sua operacionalização ocorra de formas distintas. No edital Cadeias Agroindustriais Sustentáveis, está associada à geração de impactos positivos nas dimensões ambiental, social e econômica. No edital de Economia Circular, o conceito é incorporado de forma mais estruturada, com critérios relacionados à reutilização de materiais, redução de resíduos e articulação com cooperativas de catadores. No edital de Agricultura Familiar, a sustentabilidade está vinculada ao desenvolvimento de soluções acessíveis e à promoção de benefícios sociais para pequenos produtores. Esses achados estão alinhados à concepção de inovação sustentável proposta por Barbieri, Vasconcelos e Andreassi (2010), segundo a qual as organizações devem conciliar eficiência econômica, responsabilidade ambiental e inclusão social.

Apesar da crescente presença do tema nos editais, observou-se que os critérios de sustentabilidade ainda são, em grande medida, qualitativos e dependem da interpretação dos avaliadores. Em diversos casos, os documentos não especificam indicadores objetivos ou métricas padronizadas para mensurar os impactos esperados.

Essa limitação confirma as observações de Vaz e Uriona (2020), que destacam a complexidade da avaliação de impactos socioambientais e a necessidade de instrumentos mais robustos para sua mensuração. Dessa forma, embora a sustentabilidade seja reconhecida como diretriz estratégica, sua operacionalização ainda apresenta desafios metodológicos que podem comprometer a comparabilidade entre propostas e aumentar a subjetividade do processo avaliativo.

5.4 Barreiras de Acesso e Pontos Críticos

Embora os editais apresentem critérios tecnicamente consistentes, a análise revela que determinadas exigências podem limitar o acesso de empresas com elevado potencial inovador. Ou seja, o mesmo instrumento que busca apoiar iniciativas inovadoras e tecnologicamente incertas estabelece requisitos de elegibilidade que favorecem empresas com maior capacidade financeira e estrutura administrativa consolidada. Essa dualidade sugere que o acesso ao financiamento

depende não apenas da qualidade da inovação proposta, mas também da capacidade organizacional da empresa em atender às exigências do edital.

A análise dos editais evidencia a existência de barreiras que podem restringir o acesso de determinadas empresas aos recursos de subvenção econômica. Entre as principais barreiras identificadas, destacam-se a exigência de patrimônio líquido positivo, os limites de endividamento, a regularidade fiscal e jurídica, a necessidade de documentação técnica detalhada e a exclusão de microempreendedores individuais (MEIs). Embora essas exigências tenham como objetivo reduzir riscos para a administração pública, elas podem dificultar a participação de startups, pequenas empresas e organizações com menor estrutura administrativa.

Esse resultado evidencia uma tensão inerente às políticas de inovação. Onde de um lado, busca-se apoiar projetos com elevado grau de risco tecnológico, e de outro, exige-se que as empresas demonstrem solidez financeira e capacidade operacional já consolidadas.

Tal situação caracteriza um paradoxo do financiamento: as empresas que mais necessitam de apoio público são, muitas vezes, as que enfrentam maiores dificuldades para atender aos requisitos de elegibilidade. Essa interpretação está alinhada às conclusões de Júnior e Prince (2014), que destacam que empresas intensivas em tecnologia frequentemente enfrentam restrições financeiras justamente nas fases iniciais de desenvolvimento. No contexto da agricultura familiar, esse desafio tende a ser ainda mais evidente, uma vez que se trata, em geral, de empreendimentos de menor porte e com capacidade financeira mais limitada, o que pode dificultar o atendimento às exigências estabelecidas nos editais.

Além das exigências financeiras, a complexidade dos editais e o elevado volume de informações requeridas também podem representar obstáculos para empresas com menor experiência na captação de recursos públicos.

5.5 Análise da Distribuição Regional e da Persistência de Assimetrias com Base nos Resultados Preliminares

Embora os editais analisados incluam o indicador de "Regionalização", que atribui pontuação adicional para projetos executados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO), a análise dos resultados preliminares revela a

persistência de disparidades históricas. A distribuição geográfica das propostas confirma uma forte concentração no eixo Sul-Sudeste, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição Regional das Propostas nos Resultados Preliminares

Região	Cadeias Agroindustriais (Total de Propostas)	Economia Circular (Total de Propostas)	Agricultura Familiar (Habilitadas)
Norte	3 (8,1%)	1 (3,2%)	0 (0%)
Nordeste	2 (5,4%)	2 (6,4%)	0 (0%)
Centro-Oeste	0 (0%)	3 (9,7%)	1 (33,3%)
Sudeste	20 (54,1%)	15 (48,4%)	1 (33,3%)
Sul	12 (32,4%)	10 (32,3%)	1 (33,3%)
TOTAL	37	31	3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos editais da FINEP (2025; 2026).

Os resultados apresentados na Tabela 2 evidenciam que os incentivos de regionalização previstos nos editais não foram suficientes para promover uma distribuição mais equilibrada das propostas entre as regiões brasileiras. Observa-se predominância das regiões Sudeste e Sul nos editais de Cadeias Agroindustriais Sustentáveis e Economia Circular. No edital de Agricultura Familiar, as propostas habilitadas pertencem exclusivamente a Minas Gerais, Santa Catarina e ao Distrito Federal, o que evidencia a ausência de propostas das regiões Norte e Nordeste entre aquelas habilitadas, apesar da existência de mecanismos de incentivo à regionalização.

A ausência de propostas das regiões Norte e Nordeste entre aquelas aprovadas na etapa de habilitação, em uma temática diretamente relacionada ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar sugere a existência de fatores estruturais que ultrapassam os mecanismos de pontuação adotados pela FINEP. Entre esses fatores, destacam-se as exigências de capacidade financeira presentes nos editais. Requisitos como patrimônio líquido positivo e limites de endividamento funcionam como filtros eliminatórios que tendem a favorecer empresas inseridas em ecossistemas econômicos mais consolidados, enquanto organizações localizadas

em regiões com menor disponibilidade de capital enfrentam maiores dificuldades para atender aos critérios de habilitação.

Soma-se a isso a complexidade administrativa e documental exigida para a submissão das propostas, que demanda recursos técnicos e gerenciais nem sempre disponíveis para empresas de menor porte. Além disso, a preferência por projetos situados em níveis intermediários de maturidade tecnológica (TRL) pode dificultar a participação de iniciativas ainda em fases iniciais de desenvolvimento, especialmente em regiões cujos ecossistemas de inovação ainda se encontram em processo de consolidação.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de critérios qualitativos relacionados ao potencial de impacto e à relevância das propostas. Embora esses elementos sejam importantes para a avaliação do mérito dos projetos, a ausência de parâmetros mais detalhados pode ampliar diferenças de interpretação entre avaliadores e dificultar a comparação entre propostas.

Dessa forma, os resultados sugerem que os mecanismos de regionalização, embora relevantes, possuem alcance limitado diante de barreiras financeiras e estruturais presentes no processo de seleção. Em termos práticos, a atribuição de pontuação adicional para determinadas regiões pode não ser suficiente para compensar dificuldades relacionadas à capacidade financeira, às exigências documentais e à maturidade tecnológica exigida pelos editais. Essa constatação reforça o papel do Estado como indutor da inovação, mas também evidencia que a política de subvenção ainda pode avançar na incorporação de mecanismos que considerem as assimetrias econômicas e institucionais existentes entre as diferentes regiões do país.

5.6 Discussão Integrada dos Resultados

A análise comparativa dos editais permite concluir que a FINEP adota um modelo de avaliação tecnicamente estruturado e coerente com o papel do Estado como indutor da inovação.

Os critérios observados refletem uma tentativa de equilibrar diferentes dimensões consideradas essenciais ao sucesso dos projetos, incluindo mérito tecnológico, viabilidade financeira e tecnológica, impactos socioambientais e alinhamento estratégico. Essa estrutura demonstra alinhamento com os objetivos

das políticas públicas de inovação ao direcionar recursos para iniciativas capazes de gerar externalidades positivas e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam limitações relacionadas à subjetividade de alguns critérios qualitativos e à existência de barreiras financeiras e burocráticas que podem restringir o acesso de empresas com elevado potencial inovador.

A primeira limitação identificada refere-se à subjetividade presente em critérios qualitativos de avaliação. Conforme destacam Dias et al. (2020), a ausência de um entendimento uniforme e padronizado sobre o tipo e o grau de risco das propostas pode gerar interpretações distintas entre os avaliadores. Nesse contexto, a falta de métricas objetivas para converter avaliações qualitativas em parâmetros consistentes pode comprometer a imparcialidade, a comparabilidade e a coerência do processo seletivo. A segunda está relacionada às barreiras financeiras e burocráticas, que podem restringir o acesso de empresas com alto potencial inovador. A terceira diz respeito à ausência de métricas mais padronizadas para comparar propostas e reduzir a dependência da interpretação individual dos avaliadores. A quarta limitação refere-se à persistência das desigualdades regionais observadas nos resultados preliminares analisados. Embora os editais contemplem mecanismos de regionalização, verificou-se a predominância de propostas oriundas das regiões Sul e Sudeste, indicando que os incentivos atualmente adotados podem não ser suficientes para promover uma distribuição mais equilibrada das propostas entre as regiões brasileiras.

De modo geral, o modelo adotado pela FINEP mostra-se consistente com os objetivos da política pública, mas apresenta oportunidades de aprimoramento que podem ampliar sua objetividade, transparência e inclusão.

5.7 Proposta de Aprimoramento dos Critérios de Avaliação

Com base nas lacunas identificadas e nas recomendações da literatura, são propostas algumas melhorias para o processo de avaliação dos editais da FINEP.

a) Definição de indicadores quantitativos de sustentabilidade

A adoção de métricas mais objetivas para a avaliação dos impactos ambientais e sociais das propostas pode contribuir para uma análise mais consistente, incluindo indicadores como redução estimada de emissões, reaproveitamento de resíduos, geração de renda e alcance social da tecnologia. Também é pertinente o alinhamento desses indicadores aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Além disso, a transição de uma análise predominantemente estática para uma Avaliação da Sustentabilidade (AS) baseada em métricas dinâmicas e integradas, conforme proposto por Vaz e Uriona (2020), pode permitir a mensuração mais consistente do impacto real da inovação ao longo do tempo.

b) Padronização da avaliação do risco tecnológico

Sugere-se a utilização de escalas estruturadas e parâmetros de pontuação mais detalhados, reduzindo a subjetividade e ampliando a transparência do processo.

c) Flexibilização de requisitos financeiros

Propõe-se a criação de mecanismos diferenciados para startups e pequenas empresas com elevado potencial inovador, de modo a reduzir barreiras de acesso ao financiamento.

d) Simplificação documental

A redução da complexidade dos formulários e das exigências administrativas pode ampliar a participação de empresas com menor estrutura técnica.

e) Transparência metodológica

A divulgação de parâmetros mais detalhados de pontuação e exemplos de boas práticas pode contribuir para aumentar a previsibilidade e a compreensão do processo seletivo.

Essas propostas têm potencial para tornar o modelo de avaliação mais objetivo, inclusivo e aderente aos princípios das políticas públicas de inovação.

6 ANÁLISE GERAL

A análise dos editais de subvenção econômica da FINEP permitiu identificar padrões relevantes na forma como a inovação e a sustentabilidade são incorporadas aos processos de seleção de projetos. Os resultados demonstram que a instituição adota critérios estruturados que buscam equilibrar aspectos relacionados ao mérito tecnológico, à viabilidade financeira e ao alinhamento das propostas com objetivos estratégicos de desenvolvimento.

Observou-se que a inovação ocupa posição central no modelo de avaliação, sendo analisada por meio de elementos como grau de novidade, risco tecnológico e nível de maturidade tecnológica (TRL). Esse resultado está alinhado à literatura que compreende a atuação do Estado como mecanismo de compartilhamento dos riscos inerentes ao desenvolvimento tecnológico, especialmente em contextos nos quais o setor privado tende a evitar investimentos de maior incerteza. Ao mesmo tempo, a exigência de tecnologias situadas predominantemente entre os níveis TRL 3 e TRL 8 demonstra a preferência por projetos que já apresentam evidências mínimas de viabilidade técnica, reduzindo os riscos associados ao investimento público.

A sustentabilidade também se apresenta como elemento relevante nos editais analisados, embora sua operacionalização ainda ocorra predominantemente por meio de critérios qualitativos. Apesar dos avanços observados na incorporação de aspectos ambientais e sociais aos processos de seleção, a ausência de indicadores padronizados limita a comparabilidade entre propostas e amplia a dependência da interpretação dos avaliadores. Esse cenário evidencia a necessidade de mecanismos mais objetivos para a mensuração dos impactos socioambientais dos projetos apoiados.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se às barreiras de acesso ao financiamento. As exigências relacionadas à capacidade financeira, à documentação técnica e aos requisitos administrativos demonstram que a obtenção de recursos depende não apenas da qualidade da inovação proposta, mas também da capacidade organizacional das empresas. Esse cenário tende a favorecer organizações mais estruturadas, reduzindo as oportunidades de participação de empresas de menor porte e de empreendimentos que ainda se encontram em estágios iniciais de desenvolvimento.

Os resultados preliminares dos editais reforçam essa interpretação ao evidenciar uma concentração significativa de propostas nas regiões Sul e Sudeste. Embora existam mecanismos de incentivo à regionalização, observou-se que eles não foram suficientes para superar desigualdades históricas relacionadas ao acesso ao financiamento e à capacidade de atendimento dos requisitos estabelecidos. A ausência de propostas das regiões Norte e Nordeste entre aquelas habilitadas no edital de Agricultura Familiar constitui um indicativo relevante de que os incentivos regionais coexistem com barreiras financeiras e estruturais que limitam a participação de empresas localizadas em regiões com ecossistemas de inovação menos consolidados.

De forma geral, os achados indicam que os editais da FINEP cumprem importante função no direcionamento dos investimentos públicos em inovação, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e para a promoção de iniciativas alinhadas às prioridades nacionais. Entretanto, os resultados também revelam oportunidades de aprimoramento relacionadas à objetividade dos critérios, à ampliação da inclusão de empresas emergentes e à redução das assimetrias regionais. Assim, a análise evidencia que a efetividade das políticas de fomento não depende apenas da disponibilidade de recursos, mas também da forma como os mecanismos de seleção são estruturados e operacionalizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os critérios de avaliação presentes nos editais da FINEP voltados à subvenção econômica para inovação no setor de agricultura sustentável, com foco em sua estrutura, na forma como a inovação e a sustentabilidade são avaliadas e nas implicações desses critérios para o acesso ao financiamento. A partir da análise realizada, foi possível compreender os principais mecanismos utilizados pela instituição na seleção de projetos e identificar fatores que influenciam o acesso aos recursos públicos destinados à inovação.

Em relação ao problema de pesquisa, conclui-se que os editais da FINEP avaliam inovação e sustentabilidade por meio de critérios técnicos, estratégicos e financeiros que buscam direcionar os investimentos públicos para projetos com potencial de geração de impactos econômicos, sociais e ambientais. Os resultados demonstraram que a inovação ocupa posição central no processo de avaliação, enquanto a sustentabilidade vem adquirindo relevância crescente nas chamadas públicas analisadas.

A pesquisa também evidenciou que, além do mérito tecnológico das propostas, aspectos relacionados à capacidade financeira e à estrutura organizacional das empresas exercem influência significativa sobre as possibilidades de acesso ao financiamento. Nesse contexto, observou-se que determinados requisitos podem representar desafios adicionais para empresas de menor porte e para organizações inseridas em ecossistemas de inovação menos consolidados.

Os resultados preliminares analisados indicaram ainda a persistência de desigualdades regionais na distribuição das propostas habilitadas, sugerindo que os mecanismos de incentivo à regionalização, embora relevantes, podem não ser suficientes para superar barreiras estruturais historicamente presentes no sistema de inovação brasileiro.

Dessa forma, conclui-se que o modelo de subvenção econômica da FINEP desempenha papel relevante no fortalecimento da inovação nacional e está alinhado à função do Estado como indutor do desenvolvimento tecnológico. Entretanto, os achados desta pesquisa apontam oportunidades de aprimoramento relacionadas à objetividade de determinados critérios de avaliação, ao fortalecimento da inclusão de

empresas emergentes e à ampliação das condições de acesso ao financiamento em diferentes regiões do país.

Por fim, destaca-se que este estudo se limitou à análise documental dos editais e dos resultados preliminares disponíveis no período investigado. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do número de editais analisados, possibilitando comparações mais abrangentes e a identificação de padrões mais consistentes nos critérios de seleção adotados pela FINEP. Recomenda-se também a realização de estudos que acompanhem os resultados efetivamente alcançados pelos projetos financiados, bem como investigações voltadas aos impactos das políticas de subvenção econômica sobre o desenvolvimento regional e a consolidação dos ecossistemas de inovação no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Daniella de Pádua Walfrido; SILVA, Carmen Carlyne Veloso Barbosa da; MOURA, Maira Uchôa; MELO, James Correia de. **O GOVERNO COMO INDUTOR DE PD&I: A IMPORTÂNCIA DOS EDITAIS DE FOMENTO PÚBLICO**. Revista DCS, [S. l.], v. 22, n. 85, p. e4018, 2025. DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4018. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/4018>. Acesso em: 12 de maio. 2026.

BAHIA, Domitila; GONÇALVES, Eduardo; JUNIOR, Admir Antônio Betarelli. **Efeitos macroeconômicos e setoriais das subvenções da FINEP no Brasil**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e021013, 2021. DOI: 10.20396/rbi.v20i00.8660835. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8660835>. Acesso em: 12 de maio. 2026.

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. **Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002>. Acesso em: 12 de maio de 2026.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares; SANTOS, Maria Aparecida Pereira; COTTA, Maria Amélia de Castro. **Instrumentos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: AVA Moodle Unesp [EduTec]: NEaD - Unesp: SME - PMSP, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/381393/1/texto-problemas-pesquisa-questoes-plagio-mariacsdel-masso.pdf>. Acesso em: 07 de maio. 2026.

DIAS, Elaine. C. Ferreira; BARROSO, Wanise; AMARAL, Ana Claudia. **Mensuração do Nível de Maturidade Tecnológica em Projetos Colaborativos: Desafios e Oportunidades para a Gestão do Conhecimento**. Revista Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, v. 9, n. Edição Especial, p. 27-40, 5 abr.

2025. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rgcti/article/view/15399>.

Acesso em: 12 de maio de 2026.

DIAS, Ibsem Agrello; SOUZA, João Artur de; FERNANDES, Roberto Fabiano; LIMA, Carlos Rogério Montenegro de. **Avaliação de Projetos de Inovação: uma Revisão Sistemática da Literatura**. Revista de Negócios, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 6–23, 2020.

DOI: 10.7867/1980-4431.2020v25n1p6-23. Disponível em:

<https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/7842> . Acesso em: 11 de maio.

2026.

FERREIRA, Helaine Cristina de Sales; DE OLIVEIRA, Raimundo Corrêa; KIELING, Antonio Claudio; DOS SANTOS , Rosa Maria Nascimento; BARBOZA , Ricardo da Silva. **O PAPEL DO GOVERNO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PARQUES TECNOLÓGICOS: UM ESTUDO DE CASO DE PARQUES TECNOLÓGICOS BEM-SUCEDIDOS**. ARACÊ , [S. l.], v. 7, n. 4, p.

17462–17476, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-110. Disponível em:

<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4368>. Acesso em: 11 de

maio. 2026.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Edital de SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação em Fluxo Contínuo FINEP MAIS INOVAÇÃO BRASIL – RODADA 2 CADEIAS**

AGROINDUSTRIAIS SUSTENTÁVEIS. Rio de Janeiro: FINEP, 2026. Disponível em:

<https://www.finep.gov.br/e/chamada-publica/222684/754839>. Acesso em: 13 de abril.

2026.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Edital de SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação em Fluxo Contínuo Finep Mais Inovação Brasil – Rodada 2 – Economia Circular e**

Cidades Sustentáveis. Rio de Janeiro: FINEP, 2026. Disponível em:

<https://www.finep.gov.br/e/chamada-publica/222684/755213>. Acesso em: 13 de abril.

2026.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Edital de SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação DESAFIOS TECNOLÓGICOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**. Rio de Janeiro: FINEP, 2026. Disponível em: <https://www.finep.gov.br/e/chamada-publica/222684/754098>. Acesso em: 13 de abril. 2026.

FRANCISCO, Deise Juliana; AZEVÊDO, Edjane Mikaelly Silva de; FERREIRA, Adilson Rocha; CAITANO, Alexandre Rodrigues. **Análise de Conteúdo: como podemos analisar dados no campo da educação e tecnologias**. Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa, v. 3, n. 14, p. 1-26, 2021. Disponível em: https://ceie.sbc.org.br/metodologia/wp-content/uploads/2024/05/livro3_cap9_AnaliseConteudo.pdf. Acesso em: 07 de maio. 2026.

FRANÇA, Luana Pereira de. **O uso da inovação tecnológica na agricultura familiar e a relação com a sustentabilidade em Ouro Verde do Oeste**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR. 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5039>. Acesso em: 11 de maio. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social (6º ed.)**. Editora Atlas SA. 2008. Disponível em: <https://pdfdocumento.com/gil-a-c-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social-blog-do-professor-59f7b94d1723ddde0f3dc077.html>. Acesso em: 07 de maio. 2026.

JÚNIOR, Sérgio Kannebley; PRINCE, Diogo de. **Restrição financeira e financiamento público à inovação no Brasil: uma análise com base em microdados da PINTEC**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 841-871, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2078>. Acesso em: 11 de maio. 2026.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Retratos

de Assentamentos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 12 de maio de 2026.

LU, Yi Chieh; MATUI, Natália; GRACIOSO, Luciana. **Definição da inovação no âmbito da pesquisa brasileira: uma análise semântica**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 17, p. e019023, 2019. DOI: 10.20396/rdbci.v17i0.8654703. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8654703>. Acesso em: 11 de maio. 2026.

PERES, Guilherme Reis De Carvalho; RIBEIRO, Eduardo Pontual Ribeiro; PINHEIRO, Maurício Canêdo. **Apoio à Inovação Tecnológica da Finep e Seus Efeitos no Emprego**. [S. l.]: ANPEC, 2023. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files/I/i9-39dcbc8726efeb3d2bc3cce56cf891b6.pdf>. Acesso em: 11 de maio. 2026.


SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. DOI: 10.63595/rbhcs.v1i1.10351. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 07 de maio. 2026.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estela Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Revisada. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância/UFSC, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/19233597/Silva-Edna-Lucia-da-Menezes-Estera-Muszkat-Metodologia-da-Pesquisa-e-Elaboracao-de-Dissertacao>. Acesso em: 07 de maio. 2026.

TUPY, Igor Santos; KOELLER, Priscila; LEVY, Francisco Walsh Mendonça. **Subvenção econômica no Mais Inovação Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2026. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/539-subvencao-economica-no-mais-inovacao-brasil>. Acesso em: 11 de maio. 2026.

VAZ, Caroline Rodrigues; URIONA, Mauricio. **Inovação e sustentabilidade: origem, evolução e desafios**. REP - Revista de Engenharia de Produção, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 7-28, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/REP/article/view/9025>. Acesso em: 11 de maio. 2026.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Entrega da versão final do TCC 2026.1 - Maria Luiza de Melo Alves

Assunto:	Entrega da versão final do TCC 2026.1 - Maria Luiza de Melo Alves
Assinado por:	Maria Luiza
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria Luiza de Melo Alves, DISCENTE (20221460033) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA**, em 17/06/2026 19:42:17.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/06/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1892290

Código de Autenticação: 19d12c7a54

